



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 21 de novembro de 2016

Edição 2404 | Páginas: 14

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Legislativos

- Ata da 2551ª Sessão Ordinária - Sucinta 02
- Termo de Não-Realização da 2552ª Sessão Ordinária 03
- Ata da 2540ª Sessão Ordinária - Íntegra 03

Atos Administrativos

- Superintendência Administrativa - Resoluções nº 292 a 296/2016 10
- Diretoria de Recursos Humanos - Resoluções 2717 a 2736/2016 11

ATOS LEGISLATIVOS
ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA SEGUNDA MILÉSIMA QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quinquagésima primeira Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, que procedesse à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:** Ofício nº 0056614, de 09/11/16, do Presidente do TJRR, apresentando proposta de alteração no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 04/11/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual José de Alencar, localizada no Município de Rorainópolis-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para asfaltamento de 01 KM na Vila Brasil – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de 05 KM de Vicinal – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 05 KM da Vicinal Ponta da Serra – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 05 KM da Vicinal Juraci – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 07 KM da Vicinal do Mutamba – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 10 KM da Vicinal do Araçá – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 13 KM da Vicinal Tronco – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 14 KM da Vicinal Ametista – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 15 KM da Vicinal Uricuri – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 17 KM da Vicinal do Guariba – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 18 KM da Vicinal 01 – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 22 KM da Vicinal Bom Jesus – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 28 KM da Vicinal Bom Jesus – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 45 KM da Vicinal do Ouro – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 60 KM da Vicinal Projeto Amajari – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 63 KM da RR 342 – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de 84 KM da Vicinal Ereú – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de pontes na Vicinal Ereú – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de pontes na Vicinal Ametista – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de ponte na Vicinal Vila Nova – Município de

Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de ponte na Vicinal Bom Jesus – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de Praça – Comunidade Três Corações – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para implantação de 10 KM de Rede Elétrica – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para implantação de 14 KM de Rede Elétrica – Município de Amajari-RR; Indicação s/nº, de 07/11/2016, do Deputado Marcelo Cabral, encaminhando ao Governo do Estado, para implantação de Rede Elétrica – Município de Amajari-RR; Requerimento de Pedido de Informação s/nº, de 09/11/16, do Deputado Marcelo Cabral, que “dispõe sobre Pedido de Informação junto ao Diretor-Presidente da Companhia Energética de Roraima - CERR”; Ofício nº 001, de 09/11/16, do Deputado Flamarion Portela, informando sua ausência desta Casa Legislativa no período de 09 (a partir das 13:30h) a 14 de novembro do corrente ano; Memorando nº 048, de 09/11/16, da Deputada Angela Águida Portella, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 09 de novembro do corrente ano. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Izaías Maia** usou a tribuna para tecer comentários a respeito de matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista, onde o Presidente da CERR, Augusto Iglesias, informa que a referida empresa acumula um rombo milionário com obras inacabadas. Continuando, o Senhor Parlamentar informou que, por ter conhecimento da situação da CERR, votou contra o Projeto de Lei nº 104/16, que autorizou o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado Crédito Suplementar no valor de mais de oito milhões em favor da empresa. Segundo o Parlamentar, uma vez que foi aprovado o crédito, cabe ao Legislativo fiscalizar a aplicação dos recursos para que sejam aplicados de forma correta para que o interior não seja penalizado com falta de energia. Finalizou informando que se desligou do G14 e que não fará parte de nenhum grupo político. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou reportando-se ao pronunciamento do Deputado Izaías Maia, dizendo que se houver irregularidades na CER, cabe a esta Casa apurar a verdade através de uma CPI para que os culpados possam ser punidos. Informou ainda que, parte do recurso do crédito suplementar de oito milhões destinados a CERR, é para manutenção do fornecimento de energia elétrica às comunidades indígenas, e cerca de um milhão e trezentos, destina-se a compra de óleo diesel e equipamentos necessários à recuperação dos motores sucateados. Em seguida, referiu-se à reportagem do jornalista Orlando Farias, noticiando que os índios Pirititis foram exterminados pelos Waimiri-Atroari, numa disputa de reserva desde 1991, sendo que a etnia já vivia na reserva antes dos Waimiris-Atroaris. Também cita nessa reportagem a farsa dos antropólogos da FUNAI que, baseados em um laudo antropológico, apresentam a etnia dos Pirititis como ressurgida, no intuito de criar mais uma reserva indígena na região sul do Estado. Leu também o relatório da Comissão da Verdade, que cita a extinção total dos índios Pirititis há mais de 15 anos, no período militar. Em seguida, reportou-se a postura dos deputados aliados ao Governo do Estado, que se ausentaram do plenário para não votarem matérias importantes para o Estado, justificando que não participarão da Ordem do Dia enquanto não houver a renúncia do Presidente Jalsler Renier. Segundo o Senhor Deputado, o dever do parlamentar é votar matérias de interesse do povo de Roraima e solicitou que os Pares deixem a justiça decidir a situação do Deputado Jalsler Renier. Prosseguindo, criticou os repórteres do que vieram fazer uma reportagem sobre a situação do presidente deste Poder, dizendo que eles deveriam fazer a cobertura de problemas importantes por quais passa este Estado. Finalizou informando que no final do mês o Estado vai receber 138 milhões de reais extras, fora do FPE e do ICMS, e desse montante, 25% deverá ser destinado para a educação e 12% para a saúde, ressaltando que, se o Estado tiver competência para gerir esses recursos, só não vai sair da crise se não quiser. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a Ordem do Dia discussão e votação em turno único das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 115/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da empresa Rádio e Televisão Difusora de Roraima – Rádio Roraima, Crédito Suplementar no valor global de R\$ 32.844,08 (trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 133/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima – FUNDEJERR, Crédito Suplementar no valor global de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) para

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 128/16, que “dispõe sobre a incorporação do Convênio ICMS/CONFAZ nº 112, de 23 de setembro de 2016, à Legislação Estadual, institui o programa de recuperação de créditos inscritos ou não na dívida ativa do Estado de Roraima, uniformiza os créditos de atualização dos créditos tributários e não tributários no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Requerimento nº 073/16, de 10/11/16, requerendo, após ouvido o plenário, a convocação do titular da Companhia Energética de Roraima – CERR, Senhor Augusto Iglesias para, no dia 22 do corrente, comparecer a esta Casa para prestar esclarecimentos sobre os motivos para a falta de energia elétrica nas localidades do interior do Estado de Roraima que são atendidas pela referida concessionária, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; e Requerimento de Pedido de Informação nº 006/16, de 09/11/16, requerendo, após ouvir o plenário, que seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Companhia Energética de Roraima – CERR, que informe por escrito e no prazo legal a esta Casa Legislativa os motivos para a falta de energia elétrica nas localidades do interior do Estado que são atendidas pela referida concessionária, de autoria do Deputado Marcelo Cabral. Discussão e votação em primeiro turno: Projeto de Lei Complementar nº 006/16, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 006, de 6 de junho de 1994, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei Complementar nº 008/16, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que institui a carreira e o cargo de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC”, de iniciativa do Poder Executivo; E, em segundo turno: Projeto de Lei Complementar nº 003/16, que “altera a Lei Complementar Estadual nº 227, de 4 de agosto de 2014, que “dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências”, de iniciativa do Tribunal de Justiça. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nº 115 e 128/16, bem como ao Projeto de Lei Complementar nº 006/16. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 115/16, bem como do parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação nominal, a matéria foi aprovada por 12 votos favoráveis, 01 contra e nenhuma abstenção. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 133/16, bem como do parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação nominal, a matéria foi aprovada por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Em seguida, O Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 003/16, bem como do parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação nominal, a matéria foi aprovada em segundo turno, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 008/16, bem como do parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação nominal, a matéria foi aprovada em primeiro turno, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 073/16. Colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado. Dando continuidade, o Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 006/16, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** lamentou as críticas nas redes sociais quanto à ausência do Deputado Jalsner Renier nas Sessões Plenárias, dizendo que mais vergonhoso é a retirada dos Senhores Deputados da base do Governo, que registram suas presenças no painel e não deliberam nenhuma matéria de interesse do Estado. Após, demonstrou sua satisfação pela condução dos trabalhos da Mesa Diretora, bem como pelo comprometimento dos Senhores Deputados que permaneceram em plenário, aprovando matérias que vão beneficiar várias categorias, citando, como exemplo, os Agentes Penitenciários. Finalizou parabenizando o Senhor Deputado Joaquim Ruiz pelo seu brilhante pronunciamento na tribuna. O Senhor Presidente agradeceu todos os servidores e os Senhores Deputados do bloco de oposição que deram condições para que a Sessão Plenária se realizasse, numa demonstração de compromisso com o povo de Roraima, ressaltando que

matérias importantes do Poder Executivo e do Poder judiciário foram votadas e aprovadas. Continuando disse que o Projeto de Lei nº 128 e Projeto de Lei Complementar nº 006/16 não foram deliberados, em plenário, pela razão do Poder Executivo não ter encaminhado a documentação necessária para a apreciação das matérias, apesar de ter sido solicitada por este Poder, ressaltando que serão analisadas tão logo sejam encaminhadas para esta Casa. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e convocou outra para o dia 16 de novembro, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

TERMO DE NÃO REALIZAÇÃO DA SEGUNDA MILÉSIMA QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, por falta de quórum regimental, deixou de ser realizada a segunda milésima quingentésima quinquagésima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Registraram a presença no painel os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Marcelo Cabral e Naldo da Loteria.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2540ª SESSÃO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016.

52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

(Em exercício)

Às nove horas do dia onze de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quadragésima Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Chico Mozart** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 1993, de 07/10/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando juntada da cópia do relatório de excesso de arrecadação referente à Mensagem Governamental nº 096, de 23/09/2016.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 269, de 29/09/16, do Conselheiro Presidente, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2016.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 06/10/16, do Deputado **Zé Galetto**, encaminhando ao Governo do Estado, para providenciar medicamentos e reforma do Hospital de Caroebe, localizado na Sede do Município;

Memorando nº 052, de 06/09/16, do Deputado **Valdenir Ferreira**, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 06 de outubro do corrente ano;

Requerimento s/nº, de 07/10/16, do Deputado **Flamarion Portela** – Presidente da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 022/16, alterada pela Resolução nº 029/16, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento.

DIVERSOS:

Ofício nº 049, de 07/10/16, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, com informações referentes ao cumprimento das obrigações de pagamento, conforme requerido no Ofício nº 087/2016/S.L./PRES;

Ofício nº 074, de 10/10/16, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Roraima – SINDPRER, encaminhando documentos sobre retaliações que os servidores da enfermagem estão sofrendo devido ao estado de greve;

Comunicado nº AL122038, de 20/09/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de R\$ 1.017.358,00.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, há quatro oradores inscritos.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar do motivo da presença do povo não ser muito boa para nós, o Estado, gostaria de dizer que vocês são bem-vindos porque esta a Casa do povo, local para vocês reivindicarem seus direitos, pois no meio da rua ou em secretarias dificilmente vocês conseguiriam os direitos que estão reivindicando. O governo anunciou ontem à tarde, que vai parcelar o salário de 45% dos servidores públicos estaduais. Tal decisão já foi tomada. Esqueceram que estão mexendo com aluguel, alimentação, medicamento, com as coisas básicas da sobrevivência do ser humano. É fácil tomar uma decisão. Aqui, temos representantes políticos do estado e, no momento, gostaria de dizer que estamos enfrentando uma crise e às portas de acontecer o apagão de uma forma geral, no Estado de Roraima, porque recebemos energia da Venezuela, um país que vive uma convulsão social, uma miséria e, a qualquer momento, nossa energia pode ser cortada, levando o estado para o buraco de uma vez. Tivemos crise na enfermagem, os trabalhadores ameaçam parar novamente a partir de novembro. Passamos por uma situação complicada porque estamos mexendo com a vida das pessoas, com saúde. Agora, digo aos funcionários que estão aqui: vocês têm todo direito, porque mexeram no ponto que ninguém aceita, que é o financeiro, que é o dinheiro para pagar os compromissos, por isso que me referi a bancada do governo do estado, porque precisamos de união, conversas, de harmonia e chegar a uma solução. Agora, só chegar e dizer que vão parcelar... As dívidas não esperam parcelamentos ou muito menos desculpas, venceu a conta, o aluguel, a prestação você tem que ter o dinheiro para pagar, ou o juro acumula e você não paga nem a dívida, muito menos o juro e começa aí uma bola de neve. Quero dizer para vocês que se tiver uma comissão que queira falar no programa Barra Pesada, no rádio e na televisão, o espaço está aberto, porque o programa é meu, por isso o espaço está aberto para vocês se explicarem e tentarem o diálogo, a solução. Mas, união é a palavra-chave, e não o radicalismo de um e de outro, de um lado os funcionários, do outro a negatividade que o governo que não tem dinheiro. Para resumir, quero dizer, que os salários foram parcelados, então vamos trabalhar com a verdade. Qual o real motivo do parcelamento? Vamos falar a verdade! A verdade para os funcionários e para a sociedade. Esse espaço aqui da Assembleia, com toda certeza e apoio dos 23 Deputados, está aberto para as autoridades do governo do estado virem aqui, como o público, como vocês e explicarem o que realmente está acontecendo. Essa decisão sem explicação, através de jornal, de uma de nota, não atende os anseios e não a é explicação que o povo deveria receber. Deve haver olho no olho, autoridades explicando para o povo, pois só assim os funcionários vão entender. É hora do entendimento. A força política desse estado, situação e oposição, tem que se posicionar, tem que trabalhar, procurar o diálogo, o entendimento e a solução, porque este estado, devido a todas as dificuldades que está enfrentando, já está à beira de um abismo, o que não é bom para ninguém, podem ter a certeza disso. E nessa confusão, nesse cabo de guerra somente quem perde é o povo, os funcionários e, principalmente, os mais humildes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado Izaías, a Assembleia já pediu, por escrito, que o Estado mande o detalhamento de tudo que foi pago este ano, mas, até agora, não recebemos resposta. Eu entendo e faço esse apelo aqui, nesta Casa, para que a Comissão de Constituição e Justiça convide os Sindicatos presentes para uma reunião, tão logo termine a sessão, elabore um documento, chame o governo para esta Casa, para que nós possamos buscar uma solução. Só para Vossa Excelência ter uma ideia, caiu na conta do estado ontem, eles estão com o extrato de 62.500,000,00, 4.000,000,00 de ICMS e sabe qual a previsão para quinta-feira? Mas 20.000,000,00 de ICMS. E sabe qual a previsão para todo o mês de

ICMS? 60.000,000,00. É evidente que desses sessenta milhões, 25% vão para os municípios, mais ainda sobram 45 milhões. Vossa Excelência está falando de transparência, jogo aberto para que eles saibam o que está acontecendo, para que a sociedade saiba da situação verdadeira do Estado. Mas, não adianta o Poder ficar jogando a culpa para outro, dizendo que o culpado é fulano, é o sicrano, porque quem está pagando é o povo de Roraima e os servidores públicos. E o que nós precisamos é que a Comissão de Constituição e Justiça da Casa se reúna com os Presidentes dos Sindicatos e a gente convoque o governo aqui, não é convidar, é convocar, o governo vai ter que usar de toda transparência para buscar uma solução para crise que estamos enfrentando. Há uma crise no país? Há! Mas há também um aumento de ICMS aqui, ou seja, o que está faltando é gestão. Não podemos ter uma Secretaria de Justiça com 425 cargos comissionados para administrar penitenciária agrícola, cadeia pública feminina, administrar quatro secretarias, porque isso não justifica. Volta tudo para a Secretaria de Segurança que já vão economizar mais de 500 mil reais por mês, porque não justifica a CODESAIMA com uma folha de dois milhões e duzentos mil. Eu tenho dito isso na tribuna. E para contribuir com seu discurso, também digo que não justifica duas universidades. Roraima é o único estado da Região Norte com duas universidades públicas. *Junta as duas, tira de quem ganha muito. Os três diretores da UNIVIR são funcionários públicos da união e essa decisão não vai afetá-los, o que não pode é tirar de quem ganha menos e beneficiar uma dúzia que ganha muito.* Eu defendo o ajuste do estado, não estou aqui criticando o governo, estou propondo que a gente tenha coragem de enfrentar a situação que estamos vivendo em busca uma solução para nosso estado. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Izaías, diante desse quadro, gostaria que propusesse a vinda do Secretário de Fazenda aqui, porque nós temos alguns questionamentos que toda sociedade precisa saber as respostas. Gostaria que o Secretário de Fazenda Shiská viesse explicar como ele consegue sumir com o dinheiro deste estado, três bilhões de orçamento.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – E para concluir, gostaria de dizer, agora falo por mim, que se as classes trabalhadoras e o povo, na hora que precisar do Deputado e apresentador Izaías Maia, podem contar comigo, porque o povo tem que ser respeitado, o trabalhador muito mais e a lei neste estado tem que ser respeitada e tem que ser cumprida. Só falar e não tomar nenhuma providência não adianta. O poder vem do povo e em seu nome será exercido. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, em conformidade com o artigo 146 ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito às pessoas que se encontram nas galerias que façam silêncio para que o Deputado possa fazer sua Questão de Ordem.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – De acordo com o artigo 146 do Regimento Interno deste Poder, há uma normativa que estabelece a inscrição para o Grande Expediente, até dez minutos para as nove horas, assim o fiz. E só estava inscrito, em um primeiro momento, o Deputado Izaías Maia. Mas, logo após surgiram mais três inscrições. Então, gostaria de um posicionamento da Mesa quanto ao cumprimento do que diz o artigo 146, para poder ocupar a tribuna.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Flamarion Portela, esta Mesa tem sido tolerante em todas as Sessões no tocante a inscrição para o uso da palavra pelos parlamentares no Grande Expediente. Portanto, tenho sido tolerante com todos os blocos que compõem esta Casa. Acredito que isso favorece o debate e o espírito democrático desta Casa. É bem verdade que há normas no nosso Regimento que estabelecem o horário, entretanto nós vínhamos tomando essa atitude de permitir. Diante do seu questionamento, passo a determinação para que a partir de agora, já que vínhamos tendo esta regra enquanto não houvesse questionamentos por parte de nenhum Deputado, a partir das Sessões seguintes, o deputado que quiser fazer uso da palavra deverá proceder sua inscrição de acordo com o nosso Regimento, até dez minutos antes do início da Sessão, o que pelo nosso regimento se dá às nove horas. Como nossos colegas já estão inscritos, vou manter a inscrição e agora passo a palavra ao Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores aqui presentes. Claro que hoje é um dia triste, pelo que está acontecendo com o salário dos servidores, não tem

(Manifestação dos presentes nas galerias do Plenário).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Informo às pessoas presentes nas galerias que as manifestações que podem ser feitas no

âmbito do Plenário, para fins de segurança de todos nós e para que os trabalhos sejam realizados dentro da normalidade, são os aplausos quando assim entenderem necessários, vocês não podem se manifestar com vaiais.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Como já disse, é um dia triste e vou ter a responsabilidade de levar aos senhores alguns números. Alguns vão entender de um jeito e outros de outro jeito. Mas, acredito ser importante que a sociedade tome conhecimento. Tenho aqui uma planilha que mostra que o Estado de Roraima, hoje, deve R\$ 1.795.827.139,81 (Um bilhão, setecentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e um centavos). Esse débito custa mensalmente ao estado R\$ 23 milhões de reais, esse empréstimo que foi contraído no governo anterior. Vou citar um como exemplo: R\$ 602 milhões para recuperação financeira da CER. O estado paga hoje R\$ 12.700.000,00 mensais....

(O Senhor Deputado foi interrompido por um servidor que o questionou sobre o que os servidores do estado têm a ver com isso).

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – O servidor tem a ver com isso, porque o dinheiro do estado está pagando o empréstimo. Continuando, são 12.700.000,00 reais pagos todos os meses. E, para que a CER não morra, ainda precisa receber R\$ 8 milhões de reais mensais do estado. Esse valor com mais R\$ 23 milhões de reais já somam-se R\$ 31 milhões de reais por mês, valor expressivo que está sendo tirado dos cofres públicos. A somatória das folhas diretas, por exemplo, somam R\$ 28 milhões de reais líquidos. Só esse empréstimo é superior ao montante da folha dos servidores. Mas, isso não quer dizer que o servidor não seja prioridade, a questão é que esse valor já é descontado na fonte, na hora que cai o FPE o tesouro nacional retém esse valor. Portanto, é importante que todos façam essa reflexão, porque o Brasil inteiro vive esse momento difícil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito, mais uma vez, que façam silêncio para que possamos ouvir o pronunciamento do Deputado Flamarion Portela. Nós estamos em Sessão Plenária, temos matéria para deliberar e, antes da Ordem do Dia, existe o Grande Expediente que é a oportunidade que cada deputado, cada bloco partidário tem para trazer informações de interesse da sociedade. Então, peço, mais uma vez, a compreensão de todos para que o Deputado Flamarion Portela possa evoluir e concluir seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Continuando, há outro empréstimo, o PROINVEST, que o estado paga mensalmente no valor R\$ 3.068.000,00. Do PRI, paga R\$ 2.057.000,00. É senhor Presidente, está difícil continuar. Quero....

O Senhor Deputado foi interrompido novamente por manifestações dos servidores do estado presentes nas galerias.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu vou pela última vez solicitar a todos que se encontram no Plenário que permitam que o deputado que estiver usando a tribuna realize seu pronunciamento, sob pena de ter que encerrar a Sessão. Nós temos matérias que são do interesse dos servidores públicos, então, mais uma vez, solicito a compreensão de todos, pois não havendo possibilidade, suspenderemos a Sessão até que haja harmonia e tranquilidade para desenvolvermos as atividades.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, desculpe quebrar o protocolo, mas gostaria de pedir aos servidores que me ouçam. Servidores, sou o mais velho dos parlamentares e quero fazer um apelo a vocês para que escutem o contraditório, porque esta Sessão é importante para todos nós. Nós vamos ter que tomar decisões aqui. O Deputado Flamarion vai apresentar aqui o que ele achar correto, mas, depois, vai ter deputados que irão fazer o contraditório. Então, vamos escutá-lo porque esta sessão é importantíssima para o povo de Roraima. Por favor, atendam meu apelo.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Algum tempo atrás, de 2011 a 2014, quando estava neste parlamento, aprovamos aqui várias matérias. O Deputado Joaquim sempre conversava sobre isso, pela sua experiência, bem como o Deputado George Melo também. E todos diziam que uma hora o estado não iria honrar com esse montante de despesa. Agora, infelizmente, está chegando essa hora. O estado não está podendo honrar com as despesas e isso está muito claro. Não dá para suportar o montante de despesa que está existindo com a queda da receita. Já no último ano do mandato do governo anterior, em relação ao estimado, o FPE caiu R\$ 54 milhões de reais. Em 2015, o FPE caiu R\$ 89 milhões de reais. O próprio tesouro estima para este ano, em relação ao estimado, R\$ 212 milhões de reais a menos, ou seja, o montante da despesa está fixo, mas a receita tem caído. Claro que não sou nenhum doido para não achar que o governo tem que enxugar

determinadas coisas. Concorde e concordei em outros momentos com o deputado Joaquim, o governo tem que fazer uma enxugada na sua máquina, porque senão ele não terá condições de mantê-la como está. Os outros poderes também têm que fazer o sacrifício. Este Poder aqui, por exemplo, tem um orçamento de R\$ 197 milhões de reais por ano, isso dá R\$ 16,5 milhões de reais por mês, mais de R\$ 500 mil reais por dia para manter este Poder. Se é pouco ou se é muito, cada um pode avaliar. Foi dito aqui que o secretário Shiská precisa vir se explicar. Eu acho isso perfeito, é um ato de transparência e é obrigação do gestor. O gestor tem que vir aqui se explicar e isso é louvável. Mas, também é importante, Presidente Chagas, que o superintendente financeiro desta Casa explique, diga como se gasta R\$ 197 milhões de reais por ano no Poder Legislativo. Assim como o Executivo tem que explicar, o Legislativo também deve explicação sim ao conjunto da sociedade. Quem mexe com dinheiro público tem o dever, a obrigação de dar satisfação aos órgãos de controle e a Assembleia Legislativa é um órgão de controle assim como o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Todos eles têm a obrigação de fazer esta prestação de contas. E acho salutar que aqui venha o Secretário da Fazenda fazer isso, mas também é necessário que este Poder preste conta. Servidores, é lamentável o que está acontecendo! O atraso do salário dos servidores é algo tristonho para todo mundo. Ninguém está aqui feliz não, todos nós estamos tristes, ou vocês acham que atrasar salário de servidor é coisa boa para qualquer homem público? Não é não. É muito ruim. Mas, a situação financeira do estado se agravou. Ou a gente se reúne para buscar um novo caminho, uma nova alternativa, ou esta situação não vai ter recuperação e daqui a poucos dias será agravada, porque o Brasil passa por uma crise financeira, por uma crise econômica e Roraima depende 80% dos seus recursos da transferência institucional do FPE. Portanto, é importante que cada um reflita e, como cidadão, possa dar sua contribuição para mudarmos a forma de caminhar e alcançarmos outras alternativas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Vossa excelência falou dos empréstimos e da dívida que ficou da gestão anterior. É verdade. Critiquei isto aqui na gestão passada, e pedi também, no início da gestão, que fosse feito um ajuste. Vossa Excelência já foi governador, deputado, e sabe que o FPE é cíclico, ele começa em uma ascensão e a partir de junho, com a restituição do imposto de renda de pessoa física, ele começa a cair. Se o estado não fizer um ajuste, mesmo sendo um governo como o seu que não tinha dívidas, passará por dificuldades financeiras, porque ele não se preparou para os meses cuja receita maior do estado cai. Agora, não justifica, deputado Flamarion, não se fazer um ajuste, por exemplo, em uma secretaria extraordinária que é administrada por uma Venezuela, em outra secretaria extraordinária administrada pelo Pizolatti. É necessário ajuste na Codesaima, na Secretaria de Justiça, como venho falando aqui, insistentemente. Se fizermos esses ajustes, nós vamos conseguir economizar sim. O FPE caiu R\$ 62 milhões de reais, deputado, e a previsão para este mês é de R\$ 60 milhões de reais. Sou a favor sim que se enxugue o orçamento da Assembleia, mas o estado, o tesouro tem que mostrar o que está fazendo para que nós, Deputados, possamos chegar com a Presidência e dizer que é a hora de apertarmos o cinto, porque o estado está fazendo o papel dele e nós vamos ter que fazer o nosso aqui. Os poderes constituídos são obrigados a fazer o ajuste, mas o estado tem que fazer a parte dele e não pode começar sacrificando quem menos faz parte dessa história. Vossa Excelência é servidor público, a CODESAIMA tem cinco diretorias, se acabar três não irá afetar em nada a CODESAIMA que tem hoje uma folha de mais de 2 milhões e 200 mil reais. O estado paga mais de 400 mil reais só de aluguel, só o de Brasília custa 35 mil reais, então não justifica, Deputado. Não há como a gente fazer uma defesa do endividamento do estado sem fazer um ajuste. Vossa Excelência está colocando que, o Estado tem que fazer a parte dele. Na hora que o estado fizer, eu levanto a bandeira aqui, de que os poderes, não só a Assembleia, Deputado, mas todos os poderes e do estado têm que se ajustarem para essa realidade, para que os servidores de todos os poderes a sociedade não sejam prejudicados, porque se eles entrarem em greve, quem vai pagar é quem tem menos culpa na história.

Então, há uma crise? Há. Há um endividamento? Há. É verdadeiro o que Vossa Excelência está colocando. Agora, que é preciso fazer um ajuste, é. A Secretaria de Cidadania e Justiça administrar 4 cadeias, não justifica. Só ali a gente economiza por mês quase 850 mil. Eu tenho esse levantamento. Duas universidades, deputados, mais de 20 milhões de orçamento. Roraima é o único estado da região norte que tem duas universidades. O tempo da beleza, da fartura do Brigadeiro acabou. A UNIVIRR pode se incorporar a Universidade Estadual e aí vamos fazer uma economia de quase 850 mil reais por mês, sem demitir os pequenininhos. Sabe o que nós precisamos, deputado, com

todo respeito a Vossa Excelência? É que o governo demita toda essa parentada e contrate uma equipe de profissionais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Flamarion, vou solicitar que o senhor evolua para a conclusão do seu pronunciamento, pois já ultrapassamos cinco minutos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor deputado, me conceda-me um aparte?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Brito, eu vou pedir que Vossa Excelência faça em outro pronunciamento, porque já ultrapassamos cinco minutos e o senhor com certeza terá a oportunidade.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – É uma questão de colaboração, senhor presidente. Eu gostaria de propor aqui, porque salário é alimento, salário é o pão de cada dia na mesa do servidor público, que Vossa Excelência me permitisse um aparte, se o Deputado Flamarion me permitir já...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Um minuto para Vossa Excelência fazer o seu aparte e um minuto para o Deputado Flamarion concluir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Flamarion, primeiro, eu louvo a atitude de Vossa Excelência de vir à tribuna falar desse assunto tão pertinente nesse momento tão crítico que vivemos no nosso estado. Não só o governo do estado, mas todos os poderes, em especial os servidores públicos que não receberam integralmente os seus salários enfrentam dificuldades e isso é gravíssimo, porque salário é alimento.

Quero dizer para vocês aqui, que eu tenho certeza que a Governadora Suely Campos, pensar de no mês de dezembro da última gestão terem deixado os salários atrasados e ela pagou todos os salários, com os recursos já desse orçamento, ela que não gostaria, hoje, de estar parcelando os salários. É um ponto que eu gostaria de colocar, para fazer justiça. Não é da vontade da governadora Suely não pagar os salários integralmente. Agora, eu tenho uma proposição. Se fosse da vontade da Governadora, ela teria parcelado o salário de dezembro em 12 vezes, como alguns deputados chegaram a propor, mas ela não parcelou, pagou. Portanto, temos que fazer justiça aqui. Mas façam justiça também quando o Deputado Joaquim Ruiz fala que precisam fazer ajuste no governo. Esses ajustes do governo não precisam ser feitos, já deveriam ter sido feitos e não é falta de orientação da bancada de base não. Tem que fazer urgente, urgentíssimo, hoje. Sabemos disso e já conversamos sobre isso. Ontem batemos o martelo sobre os ajustes e vamos fazer, mas a proposição é melhor. Vamos fazer o seguinte: O Poder Legislativo.....

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Brito, conclua o seu aparte.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - O Poder Legislativo, com o orçamento vultuoso de quase 200 milhões de reais, os demais poderes, não quero citar aqui um a um, mas sei que tem Procurador do Estado fazendo viagem para o estrangeiro em cruzeiro, passando mais de 10 dias, com recursos que poderiam muito bem estar pagando servidores, têm orçamentos vultuosos, desproporcional ao que o estado pode pagar. Vamos abrir mão, sem deixar de pagar os servidores. Vamos abrir mão de pagar contratos com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Procurador de Contas, abrir mão de parte de recursos, nos juntar com o estado e pagar todos os servidores. Vamos fazer um pacto com os poderes e pagar os servidores. Mas isso ninguém quer, porque não querem pagar os servidores, querem fazer politicagem.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua - Deputado Brito e Deputado Joaquim, concordo plenamente que o governo já deveria ter feito uma reforma administrativa por dimensão que seja avaliada pelo conjunto dos colaboradores, mas acho que isso não pode mais demorar, tem que ser hoje, tem que ser amanhã, tem que ser rápido, porque o que o deputado Joaquim levanta é absolutamente precedente. Não dá mais para segurar a mata do tamanho que está, porque senão, vai faltar dinheiro para a saúde, a educação, a segurança. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o eminente Deputado George Melo com o tempo de 12 minutos.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, servidores que se encontram nesta Casa, meu bom-dia.

Quero começar me solidarizando com os funcionários da saúde que ontem foram desrespeitados por um agente governamental que está a serviço da governadora, ao dizer que servidores da saúde do estado de Roraima são os piores. É mentira, porque o servidor não tem

equipamento, mas é muito preparado para realizar os seus serviços.

Todo mundo sabe que eu sempre me posicionei com clareza.

Apoiei os governadores Anchieta e Chico. E eu tive uma sensação de felicidade quando ouvi o ex-governador Neudo Campos dizer que iria cuidar das empresas, que as empresas de Roraima iriam trabalhar e dar oportunidade para o povo daqui trabalhar, que os servidores iriam ser valorizados de verdade. Senhoras e senhores, eu achava que iria reinar a paz pós-eleição, mas o que reinou, de verdade, foi uma família que se apropriou de tudo neste estado, das empresas e dos cargos comissionados. Hoje, eu estou aqui para dizer a vocês que a CERR, conforme foi dito há pouco aqui, estava pronta para passar para a ELETORNORTE, mas o ex-governador Neudo Campos não quis. A companhia, atualmente, está dando prejuízo, porque ele queria empregar um monte de parente e surrupiar o resto que tinha. Vocês sabem quanto tem de repasse para pagar a folha se a governadora quisesse? 40 milhões, caíram hoje. Somando os repasses de setembro, mais essa primeira parcela de outubro, a governadora já vai com a bagatela de 184 milhões, 361 mil e 168 centavos. Esse é o dinheiro que tem lá para pagar primeiro as empresas da família desse governo. É por isso que esse reajuste que foi propagado há pouco aqui, é conversa fiada. Sabem por quê? Por quê? Não adianta a gente fazer esforço aqui, se eles vão pegar o dinheiro e pagar as empresas e os servidores vão ficar desamparados. Infelizmente, esse governo não tem compromisso com a população roraimense nem com os servidores do Estado. Para se ter uma ideia de como o estado vive um momento feliz, já passaram por aqui mais de setenta milhões de excesso de arrecadação, há mais de 15 processos na comissão de justiça esperando a minha assinatura, todos por excesso de arrecadação. E saibam, que esse dinheiro não vai ser para pagar nenhum servidor, mas sim para pagar empresas! Quero dizer que me entristece a forma venal como esse governo está se utilizando das pessoas do estado, para chantagear o Governo Federal. Todos sabem que o estado arrecada sessenta e dois milhões de ICMS. Arrecadou isso agora! Há quase um ano o governo está com uma arrecadação em torno disso, de sessenta a sessenta e dois milhões. Senhora e Senhores, se nós temos seiscentos mil habitantes e arrecadamos isso, e temos no país vizinho cerca de três milhões de habitantes que estão comprando em Roraima, como esse ICMS não aumenta? Se o ICMS triplicasse, daria para pagar duas folhas de pagamento de vocês, porque a folha de pagamento do estado é aproximadamente cinquenta milhões. E esse governo tem três bilhões! Um bilhão e cem para pagar servidores, e ainda sobra um milhão e novecentos mil para pagar empresas. Mas, mesmo, assim eles acham que é pouco para pagar essas empresas da família. Por que o pagamento das empresas da família não atrasam? Vocês não podem ter os seus salários atrasados e verem suas famílias passarem necessidades para que esse governo viva a bonança de pagar as empresas deles, fazendo chantagem com o Governo Federal. Isso não pode acontecer no nosso estado. Vou relatar algo que aconteceu: ontem, eu estava lendo um documentário onde o país vizinho, a Venezuela, que tem um índice de desemprego, de pobreza, de fome, mas, em contrapartida, a filha do ex-ditador Hugor Chaves é a mulher mais rica da Venezuela. Fazendo uma comparação com no nosso Estado, o nosso povo pode ficar miserável, mas eu tenho certeza que a família da governadora vai ser a mais rica deste estado. Quando se fala de repactuação aqui, é para tirar daqui e dar para a família, não é para os servidores não! Este estado tem dinheiro demais, são três bilhões, fora o dinheiro que recebe ainda do sistema de saúde e do FUNDEB para pagar professores. Então, não podemos aceitar a irresponsabilidade do governo de vir aqui e pedir para dividir duodécimo, baixar duodécimo para que possa pagar servidores! Que conversa é essa? Nós temos direito sim, ao nosso repasse do duodécimo, como qualquer outro poder. A governadora não é dona do duodécimo. Eu nunca vi uma discussão dessa natureza em outros mandatos, agora se por falta... isso é muito bem feito por esse governo, eles estão roubando este estado, e um exemplo disso são as empresas que ganham sem licitação neste estado. Roraima virou o estado da emergencial. Olhem o diário oficial, onde tudo é feito de forma emergencial, mesmo quando eles são obrigados a fazer uma licitação, como foi o caso do sistema prisional, da Secretaria de Saúde e da alimentação do sistema prisional. A questão do dinheiro do FNDE, da educação, as empresas ganharam a licitação, mas eles tiveram a cara de pau de fazer um emergencial e deram para os seus apaniguados. Dinheiro para pagar essas empresas não falta, mas para pagar os senhores falta todos os meses. A ameaça já é antiga e eles estão testando os senhores, se baixarem as cabeças, certamente isso vai continuar todos os meses. Já vieram com a pilhéria, com o despalante de dizer que não vão ter dinheiro para pagar o 13º salários. Esse governo não guarda recursos porque paga as empresas da família. Só para se ter uma ideia, a filha da governadora gasta trezentos

mil reais com gasolina em Brasília, mas ela não é motorista de táxi, ou será que ela tem frota de táxi em Brasília? Esse é o governo que temos, um governo imoral e irresponsável, que está sangrando a população, os servidores de Boa Vista.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Estava ouvindo atentamente seu discurso e vejo aqui, o descompromisso deste governo, um governo que não é voltado para o povo, e sim para a família, um governo que não se preocupa com as pessoas que cuidam do estado, que são os servidores públicos. Eu vejo o descompromisso e a falta de preparo desse governo que não tem o respeito nem a dignidade de está no poder. Vejo os deputados da base virem aqui dizer que a culpa é do governo passado. Pois bem, já se passaram dois anos, a metade do seu mandato e ainda querem colocar a culpa dos fracassos no governo passado, isso é falta de gestão! O governo tem dinheiro sim, agora tem que saber administrar esse montante, e as pessoas que estão nesse governo. Quando ganhou as eleições, ela sabia as condições em que se encontrava o estado. É muito fácil dizer que o governo passado é culpado! Isso é falta de respeito e de preparação como gestor para organizar o estado. Em setembro, o governo do estado recebeu cento e vinte e dois milhões. É pouco? Será que não dá para organizar o estado e pagar os funcionários? A primeira parcela do FPE já chegou, sessenta e dois milhões, ou seja, se somar os dois dá cento e oitenta milhões. E não para por aí! O ICMS base, de agosto, foi sessenta e dois milhões, tem ainda o IPVA, que foi mais cinco milhões, se somar todos os recursos que teve, o estado não paga porque a prioridade não é o povo, e sim as empresas escolhidas para receberem. O Estado de Roraima está da forma que está por falta de gestão e organização deste governo, que é inoperante e irresponsável, que não cuida do Estado. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** continua - De maneira formal, eu quero pedir ao Presidente que convoque o Secretário de Fazenda para que possa explicar como pode o estado no mês de setembro arrecadar cento e vinte e dois milhões, mais sessenta e dois da parcela de outubro. Somando cento e oitenta e quatro milhões, mais sessenta e dois milhões de ICMS, mais cinco milhões, é igual a duzentos e cinquenta e um milhões, enquanto a folha dos servidores é apenas cinquenta milhões. Foi dito aqui, que o Governo paga vinte e três milhões de empréstimo, só que o Governo está com dois meses que não paga o empréstimo. Quer dizer, ele gasta todo esse dinheiro, não paga os servidores nem o empréstimo, porque a família é muito gulosa e quer tudo para ela. Quer o sangue de vocês, infelizmente. Mas aqui, eu quero dizer a esse Governo que diz que é macuxi, porque eu também sou, que o povo de Roraima é orgulhoso e não vai viver das migalhas que ela quer dar. Ela que pague os salários e respeite os servidores, porque já foi provado aqui e provo para o Secretário de Fazenda que dinheiro tem, o que não tem é vergonha e compromisso com o povo de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Senhor Presidente, eu fiquei atento, ouvindo os pronunciamentos dos Deputados, ao falarem em crise financeira de todas as formas. Mas, todos já sabem que a crise não é financeira e sim de gestão, porque o governo, ao invés de priorizar quem trabalha, prioriza um pequeno grupo de sua família. Um governo que quando assumiu disse que, em primeiro lugar, iria fazer uma reforma administrativa e o Deputado Joaquim Ruiz aqui bem colocou. Esse levantamento já foi feito várias vezes, Deputado Gabriel, e a soma para os cofres ultrapassa cem milhões de reais. A CODESAIMA, Secretária de Articulação Municipal, Pizollati, só não sabia que tinha uma venezuelana como secretária. Isso é um descaso. Mas, a partir de hoje, vou liderar um abaixo-assinado para mudar o slogan do Governo e colocarmos: “O Governo do Povo lá de casa”, porque fica mais bonito. E eu queria pedir a vocês que lembrem bem de uma coisa, tudo começou assim, Deputada Angela, o povo foi para ruas protestar contra o PT e o ato culminou com a Dilma descendo a ladeira. Então, a governadora precisa se atentar para isso e reorganizar o Estado. No Estado de Roraima, para vocês terem ideia, oito meses depois que a Governadora assumiu, uma empresa de Manaus ganhou uma licitação para trocar lâmpadas e pintar as escolas com call no valor de sessenta e um milhões de reais. Isso foi motivo de discussão nesta Casa e no Tribunal de Justiça através de liminares. O que eu soube é que quando o dinheiro entra nas contas do Estado, se reúne um conselho, que eu não sei quem faz parte, só sei que eu não faço, e esse conselho decide quem vai pagar A, B ou C e o que sobra é para pagar os funcionários. Não é assim que se trata o Estado. Falam do Governador Anchieta, mas nunca houve isso no seu Governo, o pagamento era em dia. Eu consegui, através do Governo Anchieta, auxílio-alimentação para todos os policiais civis. E os policiais civis nunca deixaram de receber o auxílio. Então, Deputado Flamarion, esse Governo não tem gestão, é o pior Governo da história

de Roraima, tanto é que fiz o levantamento, e o Governo do estado, nessas últimas eleições, só teve vinte e seis mil votos de trezentos mil eleitores. Mais de 91% dos eleitores disseram que não queriam essa gente que está aí. O governo disse que não tinha dinheiro para pagar funcionários, mas estava promovendo candidato à prefeitura. E, mesmo com o seu poder econômico, perdeu. Eu, por exemplo, dei de chinelo no Governo, ganhei em Caroebe e no Cantá, para vocês verem como esse Governo é fraco. Só quero dizer que as coisas estão caminhando para um lado que não dá mais para aguentar e essa decisão deve ser estudada juntamente com os Deputados. Deputado Gabriel, eu não estou falando mal da Governadora e de sua gestão, até porque não é preciso, o povo já sabe como é. Mas, chegou a um ponto que não dá mais para acreditar no Governo que não fala mais nada que seja verdade para as pessoas. Para vocês terem uma ideia, nunca houve na história de Roraima, o Governo colocar um candidato a Prefeito na capital para ter doze mil votos. Isso é humilhante. Também, colocou o pior refrigerante, da história “Baré”, não sabe nem escolher refrigerante. Deveria ter escolhido “Coca-cola”, “Fanta”, porque optar por “Baré” foi um desastre.

Gostaria de dizer que estou do lado dos servidores, cumungo com os sindicatos e qualquer decisão que seja para fortalecer os servidores eu estou a favor. Mas, eu queria, agora, solicitar a criação de uma coisa crie uma comissão permanente parlamentar, composta por Deputados de qualquer partido, para que possam ir à Secretaria de Finanças regularizar o salário dos funcionários públicos de Roraima. Doa a quem doar! O que não pode é o Senhor José ou o Senhor Antônio, que talvez votou neste governo pela esperança que foi pregada na campanha, ficarem sem os seus salários. Como disse o deputado George, é inaceitável o aluguel de uma mansão em Brasília, no Lago Sul, um glamour, só porque a filha da governadora é toda não me toque. Estão brincando de fazer gestão. E eu quero deixar um aviso. Vão às ruas, o momento é esse! Vamos parar! Vamos respeitar o povo! E vocês são as maiores autoridades. Pensem, vamos às ruas fazer uma grande marcha para tirar esse povo que está aí.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos vivendo uma situação em que o povo não tem dinheiro para comprar alimentação para sua família ou até mesmo medicamentos. E quando chega no final do mês, eles são surpreendidos dizendo assim: vamos parcelar o salário de vocês. Aí eu paro para pensar: será que as dívidas irão ser parceladas também? A alimentação vai ser parcelada também? E fico pensando que este governo realmente não tem compromisso com quem o leva nas costas. Aqui, eu vejo as pessoas, os Deputados, cobrando deste governo e dizendo que não é falta de dinheiro, é falta de gestão, de vergonha e de respeito com o povo deste Estado. Deputadas e Deputados, este Governo que não está fazendo de forma correta a organização do Governo do Estado. Eu me lembro que anos atrás, o slogan da campanha dizia: “Governo do Povo”. Mas este governo não é do povo, é deles, porque o povo não está a favor deste governo, não está satisfeito com este governo que atrasa salário, que só paga empresas, que está cuidando somente da vida de seus parentes. Aí eu paro para pensar, Deputado Naldo, Presidente Chagas, qual é o compromisso deste governo, um governo despreparado, desqualificado e sem gestão? Eu tenho documentos aqui comigo, da SEFAZ que mostram que em setembro receberam 122 milhões. A primeira parcela de outubro do FPE foi 62 milhões. Só aí já dá 184 milhões. E ainda falta o ICMS, o IPVA, que vai entrar, em torno de 250 milhões, esse mês. Então, chegar no fim do mês e dizer que não têm condições de pagar os salários dos funcionários, isso é roubo, é roubar de cada funcionário deste estado. E governo não tem compromisso, repeito e dignidade para pagar quem trabalha, os funcionários públicos. Quero dizer a vocês que esta Casa, esta base de oposição que está aqui hoje, vai cumprir o seu papel fundamental de cobrar, de correr atrás, de fiscalizar. E posso dizer que vocês têm a base, os deputados do lado de vocês para ajudar a cobrar e fazer jus ao trabalho de vocês. Concedo um aparte ao Senhor Deputado Naldo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** - Só para contribuir, o governo do povo tem que honrar o nome que usa, que é priorizar o povo, não as empresas. O governo tem divulgado para o próximo mês a feira agropecuária, que vai ser feita com o dinheiro do salário de vocês. Quando a senhora Suely estava em campanha, ela sabia da existência dos empréstimos e só não fez mais empréstimos, porque esta Casa não autorizou nem vai autorizar. O Parque Anuá está mais uma vez sendo maquiado, por meio de tem um contrato para sua manutenção. Então, o que está faltando é respeito pelo povo. Para que este governo possa honrar esse nome que usa, falta gestão e falta respeito por todos.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** continua - Ao ouvir o

Deputado Naldo falar de gestão, paro e chego a pensar, gestão realmente é tudo num governo, gestão é que prepara, é o que organiza o município para coordenar o nosso trabalho. Aqui eu vejo o descompromisso, o despreparado, a falta de respeito e vejo, na Prefeitura de Boa Vista, o preparo, a honestidade e a organização da gestão pública. Eu vejo no mesmo estado, Senhor Presidente, duas gestões, uma irresponsável, despreparada, que não têm compromisso com o povo e do outro, uma gestão municipal preparada, organizada e pagando os salários em dia. E vejo, neste mesmo Estado, o descompromisso de um governo que está abandonando as pessoas. E não é só a questão do salário de vocês, no interior vemos o descaso deste governo, nas vicinais, pontes e no setor produtivo. Realmente este governo tinha que mudar o nome, de governo do povo, para governo da família, pois esse seria o nome certo. Senhor Presidente e Senhores Deputados, a comparação na política é tudo, a política é feita de comparação. Temos duas gestões, uma gestão municipal na capital, com a senhora Teresa como prefeita, pagando os salários dos servidores em dia, com limpeza e organização e fazendo seu trabalho fundamental, e outra estadual, com um governo despreparado, desqualificado, atrasando salários, deixando sofrer quem realmente cuida do nosso estado que são os funcionários públicos. E eu vejo, Deputado George Melo, que no olhar de cada servidor que está aqui hoje, há esperança. Por isso, quero dizer a todos que contem com este Deputado que vos fala, contem com a base de oposição, com os deputados que vão cobrar, fiscalizar e fazer o possível para pagar os salários dos servidores em dia. Não é papel do Poder Legislativo, é papel de um governo sério e responsável honrar o seu nome no governo. Concedo um aparte ao Senhor Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** - Quero agradecer o aparte e dizer, Deputado Marcelo, que o atual governo é tão incompetente, que pela primeira vez nós temos uma oposição, que são a maioria, o G14, do lado dos servidores do estado. Vários colegas vieram se solidarizar e prestar do apoio aos servidores do estado. Que fique registrado nos anais desta Casa esse momento histórico.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** continua - Senhor presidente, em 28 anos nunca vi nosso estado passar por isso. Em Roraima, e como ela fala que é roraimense também, me envergonha ter um governo que se diz governo de todos, porém atrasa os salários dos servidores, não dá o aumento de 4,6%, não cuida do seu maior patrimônio que é o servidor público, não cuida de quem cuida deste estado que são vocês. Quero aqui, assumir um compromisso com os senhores. Vamos cobrar, fiscalizar, porque o nosso papel de deputado é esse: não deixar acontecer o que está acontecendo neste governo. O governo tem prioridades Deputado Chagas, e sabe qual deve ser a principal prioridade deste governo? Pagar as pessoas que estão próximas deles, pagar as pessoas que vendem para o governo. E nada contra quem vende, mas a prioridade, no meu ponto de vista, se eu fosse governador deste estado, seria os funcionários públicos que realmente cuidam e trabalham para essa máquina rodar. É assim que tem que ser feito, honrar o compromisso com cada servidor. O servidor está fazendo o seu papel, está trabalhando, honrando, cuidando, zelando do patrimônio, cumprindo com o seu papel de forma correta, mas, em contrapartida, o governo não está fazendo a sua parte que é apenas pagar a quem trabalhou. Isso é uma vergonha, é falta de respeito de um governo irresponsável que não cuida do Estado de Roraima. Quero encerrar, Senhor Presidente, dizendo que fico envergonhado por esse governo ser despreparado, desqualificado, que não têm a responsabilidade de cuidar do estado. Como o Deputado Xingú falou, vamos às ruas cobrar e fazer o que é de direito. O direito dos funcionários não é receber o salário parcelado, é receber de forma integral. Eu quero saber se o salário dela foi parcelado. E quero aqui, deixar o nosso compromisso, o meu compromisso de deputado estadual, pois nós vamos acompanhar. Esse é o nosso papel, o G14 está do lado do povo e do funcionário público. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Queremos dizer que entendemos que o momento no País, é crítico. O Brasil vive uma crise econômica sem precedentes e a Assembleia Legislativa vem, em razão disso, Deputada Lenir, e Vossa Excelência é testemunha, pois é personagem ativa em tudo isso, alertando o Poder Executivo da necessidade de se cortar despesas. Desde o início do ano passado, existem despesas que precisam ser reduzidas. Essa é a mesma situação de uma família que tem seu orçamento reduzido e precisa cortar despesas para se adequar ao salário que está entrando na casa. Se tem dois veículos, vende um, até que mais algum membro da família consiga um emprego, consiga mais uma renda. É assim que tem que ser no governo. Já no início de 2015, essa crise se mostrava evidente no País e, principalmente, o estado que depende muito dos repasses federais. E

esta Casa, através de diversas manifestações dos parlamentares, alertou o governo para que fizesse o seu dever de casa, desse exemplo para que os demais Poderes seguissem, porque a palavra mostra o caminho e o exemplo arrasta. Porém, nós não vimos isso. Temos umas seis ou sete secretarias extraordinárias que em um momento de muitos recursos se justificam, mas, num momento como esse, são iguais à família que tem dois veículos e tem que se desfazer de um para não faltar comida na mesa. Todavia, o governo não fez isso. Como falou aqui o Deputado Joaquim, temos duas instituições de ensino que poderiam muito bem ser unificadas, com o mesmo número de servidores de uma delas. Temos diversos outros exemplos na estrutura administrativa da administração direta e indireta do governo do estado onde podem ser reduzidas de despesas, mas, o governo não teve coragem de enfrentar e situação. Agora, estamos vivendo esse momento difícil de chegarmos ao ponto de termos que parcelar os salários dos servidores. Esse é, com certeza, um momento difícil que poderia ter sido evitado, mas esse, podem ter certeza, ainda não é o fundo do poço. Se medidas corretivas não forem adotadas com urgência, todos os Poderes dando as mãos e verificando quais são as ameaças e o que precisamos fazer para que num momento próximo vivamos dias melhores, chegaremos sim ao fundo do poço. A Assembleia esta acompanhando isso e não tenho dúvida nenhuma que todos os deputados têm o mesmo objetivo, mesmo que pese os pronunciamentos um mais exaltado que o outro, mas com o mesmo objetivo que é a melhoria da finanças do estado, do país, o aumento das oferta de emprego e a melhoria da renda de todas as famílias roraimenses. Por isso é que a Assembleia esta acompanhando isso. A Presidência desta Casa já encaminhou dois ofícios ao governo do estado, solicitando informações do quanto foi arrecadado pelo estado e o que foi pago durante esse exercício financeiro. Foi feito um ofício há algumas semanas e ainda não obtivemos resposta. Hoje acabamos de assinar um novo expediente ao executivo solicitando essas informações, até para que os deputados possam formar convicção de como está a saúde financeira do estado. Então, apenas para informar aos servidores que esta Casa está acompanhando a presente sessão e que a Assembleia não vai ficar omissa. Nós estamos acompanhando e cobrando providências, mas para que possamos ter convicção efetiva da saúde financeira do estado, estamos reiterando um documento à governadora para que ela informe tudo o que foi arrecadado este ano, tanto de arrecadações próprias, como de repasses federais até o presente momento e onde o governo investiu esses recursos para verificamos se, efetivamente, as prioridades: saúde, educação, segurança pública e os salários dos servidores estão sendo realmente priorizados, ou se outras medidas foram adotadas que não essas. Essas são as principais prioridades. Se sobrou dinheiro, aí vamos para os investimentos, pagamentos de contratos e outros, mas parece que não é isso que está acontecendo. Essas prioridades não estão sendo observadas. E, para tirar essa dúvida é que o Poder Legislativo, através da Mesa Diretora, está reiterando a solicitação de informações ao Poder Executivo para que não façamos nenhuma afirmação irresponsável e, em cima dos números, os números não mentem, a gente possa formar convicção e fazer as devidas cobranças do Poder Executivo. Então, apenas para encerrar o Grande Expediente dizendo que a Mesa está fazendo esta cobrança.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, já estamos na Ordem do Dia e está previsto para a votação um veto que está trancando a pauta, e se não houver quórum, não haverá Ordem do Dia. E quero requerer, conforme o artigo 112, o Horário de Liderança para fazer um comunicado urgente sobre o posicionamento do nosso Bloco aqui, nesta Casa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Se não houver quórum para deliberação da matéria, o Horário de Liderança lhe será concedido.

Temos, para a Ordem do Dia, a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem Governamental de Veto nº 077/16, que “veta parcialmente o Projeto de Lei nº 039/16”, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017, e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 007/16, que “altera o anexo III da Lei nº 133, de 14 de junho de 1996, que ‘dispõe sobre a adoção do Símbolo do Estado de Roraima, em conformidade com o art. 10 da Constituição Estadual, e dá outras providências’”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 008/16, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Roraima – UERR, os imóveis que especifica”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 057/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria de Estado da Saúde, no valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e da Secretaria de Estado da

Educação e Desporto, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), Crédito Suplementar por Transposição, no valor global de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica”, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum para deliberação de veto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Não há quórum Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo quórum regimental, transiro as matérias para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão.

Com a palavra o Deputado Soldado Sampaio, usando o Horário de Liderança.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia servidores aqui presentes.

Não poderia, juntamente com o nosso bloco de deputados, composto pelos deputados Evangelista, Valdenir, Dhiego, deixar de me posicionar nesse atual momento que passa o estado. Em especial minha fala é para os servidores que, de maneira legítima, vieram aqui cobrar o que é justo, o que é certo, seus salários. Ao compor a base do governo, por não concordar com a gestão anterior, apoiamos, no primeiro momento, a Senadora Ângela e, no segundo turno, como boa parte dos senhores aqui, votamos na Governadora Suely. E ao compor a base, nós criamos um bloco chamado, carinhosamente, bloquinho. O primeira motivo que nos fez criarmos o bloco foi o nosso respeito e simpatia para com os servidores. Nós conversamos qualquer coisa com o governo, mas temos nossa posição clara, assim como toda bancada também com relação aos servidores. O Deputado Evangelista é servidor público, oriundo de movimento social. O Deputado Oleno também não é diferente. Eu também tenho uma história junto aos movimentos sociais. Então, Deputado Naldo, senhoras e senhores, nosso posicionamento é claro para com o governo, nós não concordamos nem compactuamos com nenhuma ação que venha prejudicar ou tirar o direito dos servidores. Isso tem sido claro em todas as conversas com o governo, inclusive, votamos contra alguns posicionamentos aqui, contra alguns projetos que nós entendemos que, de alguma forma, prejudicavam uma ou outra categoria. Nós continuamos, independente que o Governo goste ou não, ao lado do servidor. Nós não compactuamos e não concordamos com nenhum tipo de ofensa contra o servidor público deste estado. Agora, senhores, nós temos clareza do que está acontecendo. Dizer que esta atual crise por que passa Roraima é fruto da crise econômica que assola o país, sabemos que é. Os governantes, infelizmente, no decorrer das décadas e de governos anteriores não investiram o que deveriam investir no setor produtivo para fazer de Roraima um estado independente e não ficar refém dos repasses federais. Eu sempre falei que no dia em que o Brasil sofresse uma crise na questão econômica, Roraima sofreria uma tuberculose, e é o que está acontecendo, pois fomos atingidos diretamente pela crise. Mas, não é só isso. Concordo com o Deputado Joaquim. Ontem, o bloco sentou e condicionou o governo a fazer os ajustes necessários, pois, caso não faça, não poderá mais contar com nosso apoio. Não podemos compactuar com isso. Esses ajustes mostram que é possível conter, diluir altos salários. E, inclusive, já foi mandado para esta Casa um Projeto de Lei, o qual não foi votado ainda, sobre a questão de salários. É possível sim diminuir a folha de pagamento da CODESAIMA, aquela enxurrada de cargos comissionados da CER e de onde for necessário. É possível sim fazer fusão de secretarias no estado e colocamos isso como exigência do nosso bloco. A governadora não tem outro caminho e isso foi unânime, não só por nós, mas pela bancada também. Agora, é preciso também que o Governo tenha a capacidade de dialogar com a sociedade, que ele tenha a capacidade de enfrentar a sociedade, mostrando as raízes desses males. Senhoras e senhores, em 2010, 2011 e 2012 fizemos vários debates aqui, para não permitir que o estado se endividasse da forma como se endividou. Votei contra os muitos empréstimos. E o que é pior, Deputado Flamarion, o governo errou por não auditar esses empréstimos. Nós sabemos que os recursos foram desviados e não foram aplicados. Está aí, Nilton, foram solicitados milhões em empréstimos para reforma de delegacias, reformas que e nunca foram concluídas. Estão aí as vicinais pela metade, a CER que não foi federalizada e o dinheiro sumiu. Então, simplesmente, o Governo pecou em não ter responsabilizado, de fato, os responsáveis por não terem aplicado os recursos com a devida finalidade. O Governo pecou por não fazer os reajustes necessários, por não conversar e abrir as contas públicas, para os servidores públicos, mostrando a realidade que nós vivemos. Então, nesse sentido, nós nos posicionamos enquanto bloco, exigindo do Governo que mostre para a sociedade o que foi feito com o dinheiro dos empréstimos, porque a conta chegou e estamos

todos sofrendo as mazelas. É preciso que o governo mostre com clareza. Está aqui, nesta Casa, um Projeto de Lei Orçamentária, na qual nós não podemos permitir, junto com os servidores, que façam como fizeram na Lei Orçamentária, quando tiraram nada mais, nada menos que oitenta milhões do executivo e jogaram nos poderes, poderes que não atrasam os salários de servidores, que deram 11% de reposição salarial aos seus servidores. Eles merecem, mas se divide a riqueza quando tem riqueza e se divide as dificuldades quando tem dificuldade. Então, foram 90 milhões retirados do Executivo para esta Casa e eu votei contra. Aliás, eu não estava nem no Plenário e eu vejo uns e outros colegas virem aqui, com discursos para a galera, como se não tivessem responsabilidade nenhuma com a crise que se instalou no estado. Não permitiremos que façam a mesma coisa com o orçamento de 2017. Inclusive, na pauta da Ordem Dia encontra-se um veto que se não for derrubado prejudicará diretamente os servidores. Não podem construir uma Lei Orçamentária como foi construída no ano passado, onde o discurso foi um e na hora de votar foi outro. Eu até saí do Plenário, votei contra, mas, infelizmente, fui um voto vencido. Então, senhoras e senhores, vamos identificar o que está por trás disso. O Governo precisa fazer o dever de casa e cabe ao povo dizer se ele continua ou não. O povo é soberano e está vendo tudo, como viu agora nas eleições de 2016. Agora, senhores e senhores, atirar com a pólvora alheia, responsabilizar. esta Casa é quem determina o Orçamento, esta Casa é quem autoriza e não tem tido responsabilidade nenhuma para com os empréstimos que foram feitos, junto com o remanejamento do orçamento. Entendo, que cabe sim, ainda é tempo, Deputado Chagas, e quero parabenizar Vossa excelência por reiterar esse comunicado ao Executivo, convocar o Secretário da Fazenda que não teve a capacidade de se apresentar à sociedade, dizer o que está acontecendo, pois ele tem a obrigação de vir aqui e dizer o que está ocorrendo como o dinheiro público, o que foi pago. Então, nesse sentido, quero, reafirmar que o posicionamento do nosso bloco não é diferente do Bancada do governo, também queremos que a Governadora venha a público e diga o que está ocorrendo de fato, para onde está indo esse dinheiro, onde está sendo investido e quais as consequências disso tudo.

Então, para concluir minha fala, quero reafirmar o nosso posicionamento e dizer que nos reunimos ontem, estão aí os Deputados Valdenir, Evangelista, é de conhecimento dos demais deputados da base, e teremos outra reunião ainda hoje, para convencionarmos e exigirmos da Governadora, de maneira amigável, civilizada e como parceiros que somos dela neste momento, esses ajustes indicados e necessários, em regime de urgência, a fusão de secretarias, diminuição de cargos comissionados, redução de salários e conclamarmos os servidores, através das suas lideranças sindicais, a discutirem o orçamento e decidirem o que é prioridade, se o orçamento dos poderes, ou investir em saúde, segurança, setor primário, valorizando os servidores públicos. Essa discussão tem que ser aberta, porque não podemos aqui fazer um discurso e na hora do voto sermos completamente diferentes. É isso que vem ocorrendo nos últimos tempos. Nós temos que responsabilizar de fato as pessoas e não têm essa de não descontar, já vem descontado em folha, é igual a um consignado no contracheque. Quando bate o FPE, o governo federal lança a mão dos empréstimos que aumentaram 12 milhões a mais para serem descontados desde julho desse ano que passou. Essa é uma das realidades. Concordo com o Deputado George Melo, concordo com o Deputado Joaquim, é necessário que o Governo faça o dever de casa e nós, neste momento, como bloco, temos colocado isso como uma condicionante ao Governo para continuar caminhando e poder ajudar o estado. Nós temos que nos unir, a Assembleia, demais Poderes, base, G14 e encontrarmos uma saída. Vamos deixar a disputa eleitoral para 2018, no momento certo, pois o povo deverá saber que precisará votar de maneira consciente. Era isso, senhor presidente.

O Senhor Deputado **George Melo** – Bom dia a todos. Nesta manhã de hoje, quero parabenizar o Deputado Sampaio que já disse ser favorável aos funcionários. Mas, é preciso que se diga, senhor deputado, que este governo já recebeu 62 milhões agora no dia 10 a previsão para do dia 20 é de 20 milhões e no dia 30, 50 milhões, 241 mil, ao somarmos tudo, obtemos o valor 132 milhões, 748 mil, 558 reais e 07 centavos. Vejam bem, 62 milhões de ICMS, mais 5 milhões de ISS. Isso vai dar um total de quase 150 milhões. E este Governo há dois meses não paga o seu empréstimo. Quer dizer, está sobrando 100 milhões para este governo pagar a família, mas a Governadora acha que 100 milhões é pouco. Então, se eles fizerem o dever de casa, é só para pagar a família, porque o que eles querem é dinheiro para pagar a família e não os servidores, porque só esse mês já arrecadou 150 milhões. São três bilhões que este governo tem, ou seja, essa ladainha que não tem dinheiro é papo furado. A Governadora tem que resolver isso. Que ela

faça o dever de casa lá e pague os servidores em dia. Quando você não quer resolver muitas coisas, não resolve nada. Se ela quiser, ela diz: vão para o banco que estou mandando o dinheiro, pois eu não vou pagar meus familiares. Eu não quero saber de laranja de filho, laranja de genro também, de compadre, nem de nada, eu vou pagar os servidores. Ela só precisa fazer isso. Faça isso, Senhora Governadora, não deixe os nossos servidores ficarem sem salário. Se a senhora quiser, eles vão receber em dia, porque dinheiro tem. Infelizmente, este governo nos engana quando diz que está engessado. Quando ela disputou o Governo, eu tenho certeza que os Deputados que eram da oposição e hoje estão do lado dela, disseram para ela que houve empréstimos para eletrificar o estado, asfaltar as vicinais. O interior está eletrificado, diferente deste governo que só tira nota fiscal e não faz nada. Digam-me uma obra deste Governo que gasta três bilhões do orçamento! Este governo não faz nada, só mostra notas fiscais. Se você for no HGR, não tem uma cibalena. As crianças estão sem merenda escolar. No interior é pior, quando dá nove horas da manhã o diretor manda as crianças voltarem para casa, uma criança que saiu cinco horas da manhã, vai chegar em casa duas horas da tarde sem comer. E muitas vezes saiu de casa até sem comer. Esse é o governo que enrola o povo. Esta Casa tem que ficar do lado dos servidores, porque são de vocês que a gente precisa. Já é tarde para esse governo ir embora. Infelizmente, é o que nós estamos sentindo. Esses são os meus sentimentos nesta manhã de hoje. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Foi lido, no Expediente de hoje, um comunicado que chegou à Casa, do Presidente deste poder, que estaria ocorrendo retaliações de servidores da Secretaria da Saúde, por conta da greve, descontando ponto, entre outras medidas administrativas. Então, eu determino à equipe da Primeira Secretaria que encaminhe essas denúncias para a Comissão de Saúde, para que analise se procede, porque a greve não foi decretada como ilegal, ela foi apenas suspensa. Então, não há que se falar em corte de ponto. Os servidores desta área, que estão aqui, fiquem certos de que a Comissão de Saúde da Casa vai acompanhar essa denúncia.

Não havendo mais nenhum Deputado para fazer uso do Horário de Liderança, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Como não foi possível a manifestação na fala de nosso líder de bloco, Deputado Soldado Sampaio, quero, neste momento, primeiro ratificar tudo aquilo que ele falou, uma vez que ontem tivemos uma reunião, enquanto bloco, e fizemos esses indicativos ao Governo do Estado. Inclusive, é uma forma de continuarmos dialogando na base do governo. Ou há mudança, ou não poderão mais contar conosco. Não poderia mais, neste dia triste, falar que salário é vital, é alimento é dignidade, porque é mais do que isso, Senhor Presidente. Infelizmente, a auditoria não foi feita, como já foi citado por muitos aqui, mas agora são necessárias medidas urgentes, sem essa de dizer que não é possível fazer no momento. Ou corta na carne, ou não dá mais. Abrir contas agora é o mais viável. Dialogar com a sociedade, fazer audiências públicas, chamar os servidores, dizer por que está em crise e mostrar a planilha. E mais do que isso, ouvir da sociedade, principalmente dos servidores, seus apelos e tentar resolvê-los. Essas são algumas das propostas que nós fizemos ontem, enquanto bloco, ao Governo do Estado, que já foram encaminhados para a Governadora. E todo esse conjunto de mudanças que foi citados pelo nosso líder na sua fala no horário de liderança, nós apoiamos. Só para manifestar, primeiro meu pesar por este momento triste da nossa história, porque salário é vida, é alimento, é dignidade. O Governo precisa dialogar com a sociedade, abrir as contas e dizer por que está faltando e quais medidas tomar para que possa solucionar essa questão. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Senhor Presidente, em relação à falta dos servidores da saúde, foi discutido aqui, juntamente com a comissão, da Deputada Lenir, presidente desta comissão e com o Deputado Evangelista, que faz parte da base do governo, e nós oficializamos à Governadora, ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Saúde, que caso não fosse tomada essa decisão, dentro da comissão, eu e os demais Deputados, iríamos pedir o afastamento do Secretário de Saúde por descumprir o rito que foi feito nessa comissão na última sessão da comissão. Só isso, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, eu quero comunicar aos demais pares que realmente nós constatamos essas arbitrariedades, num total desrespeito à questão da legalidade. Isso também se deu porque a Comissão de Saúde saiu daqui, após uma sessão, acompanhada do sindicato, em diligência, e fomos no Hospital Geral realizar uma visita técnica. Quando a gente chegou de surpresa, nós

vimos o caos. Nós queríamos, naquela visita, e o relatório já está pronto, inclusive para encaminhar para os demais órgãos de controle, mostrar o cumprimento dos 30% de urgência, que aquela greve não foi declarada ilegal, mas apenas suspensa. Então, eu convido os demais Deputados: Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Masamy Eda, Mecias de Jesus para, dia 13 de outubro, quinta-feira, após a sessão, termos essa reunião da Comissão de Saúde e deliberarmos sobre o Expediente que foi lido hoje em plenário. E também marcamos audiência pública sobre as mudanças no ensino médio, que é urgente, porque Roraima também precisa participar desta discussão nacional sobre os prejuízos para a educação de nosso país. Então, fica aqui a nossa convocação. Obrigada!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se manifestar, nós agradecemos a todos os servidores desta Casa, a todos os profissionais dos meios de comunicação que acompanharam esta Sessão e a todos os servidores do Poder Executivo que se fizeram presentes. Desejo a todos um bom feriado junto com suas famílias. E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 13 de outubro, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº292/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da Servidora **KELLY PRINTES SANT'ANA. Matrícula Nº14609**, para viajar com destino a João Pessoa - PB, a serviço deste Poder, no dia 22.11.2016, retornando no dia 26.11.2016 às 13:30h.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº293/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da Servidora **YANE CHAGAS BARBOSA. Matrícula Nº14602**, para viajar com destino a João Pessoa - PB, a serviço deste Poder, no dia 22.11.2016, retornando no dia 26.11.2016 às 13:30h.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº294/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da Servidora **SÔNIA LÚCIA NUNES PINTO. Matrícula Nº14600**, para viajar com destino a João Pessoa - PB, a serviço deste Poder, no dia 22.11.2016, retornando no dia 26.11.2016 às 13:30h.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº295/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino a Brasília - DF, no dia 22.11.2016, retornando no dia 25.11.2016, a serviço deste Poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 18 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral
RESOLUÇÃO Nº 296/2016

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 010/2015.

RESOLVE

Art.1º Designar os servidores abaixo para exercer a função de fiscal e suplente do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

| Nº do Processo | Contratado | Vigência | Objeto | CPF/CNPJ | Fiscal de Contrato |
|----------------|----------------|-------------------------------|--|--------------------|--|
| 061/2016 | C.C.F. MELO-ME | 10-11-2016 Á 09/11/2017 | AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PADRONIZADOS PARA A ESCOLEGISEDE, PROCON ASSEMBLEIA, CINE ALE E O CAC-CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS. | 24.321.712/0001-70 | FISCAL1: SAMUEL ALVES DE FRANÇA. FISCAL2: JÚLIO PHATRÉCIO DA SILVA CUNHA. |

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 10 de Novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de Novembro de 2016
FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 02717/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **André Chagas Correa**, matrícula 17411, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02718/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear André Chagas Correa, matrícula 17411, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02719/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Fernando Ferreira do Nascimento**, matrícula 16295, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02720/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fernando Ferreira do Nascimento, matrícula 16295, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02721/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Josiane Ferreira de Oliveira**, matrícula 18099, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02722/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Josiane Ferreira de Oliveira, matrícula 18099, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01

de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02723/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Marcelo Vieira Figueiredo**, matrícula **08606**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02724/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcelo Vieira Figueiredo, matrícula **08606**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02725/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alexandra da Silva Gosmão, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-05, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02726/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em

conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria de Jesus Silva da Costa, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02727/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Elisfrancy Souza Lima**, matrícula 18372, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02728/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Wênea Gomes dos Santos, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02729/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Alessandra de Paula Coldebella**, matrícula 18345, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31

de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02730/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Maria Joelma Silva Lima**, matrícula 17309, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02731/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Elizabeth Mesquita Soares**, matrícula 18615, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02732/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gilvan Paiva Pereira, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02733/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Juliana Lima Teixeira, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02734/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Leila Xavier de Lima, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02735/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Notificar, para fins de direito, que **Amanda Blanco Barbosa**, Assistente Parlamentar II AP-11, matrícula nº 16812, lotada no Gabinete do Deputado Jânio Xingu, passou a assinar **Amanda Blanco Barbosa Muniz**, de acordo com a Certidão de Casamento, datada em 26/09/2016, onde foi lavrado o assento do seu matrimônio, conforme as folhas nº 18, do livro B - 41, sob o nº 12018, expedida em 26 de setembro de 2014, Tabelionato 2º ofício – Boa vista - Roraima.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02736/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o usufruto das férias da servidora, **BENVINDA THOME AVELINO**, matrícula 10637, no período de 01/12/2016 a 30/12/2016, referente ao exercício de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em Exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário



TV ASSEMBLEIA
R O R A I M A

1 ANO NO AR

O PARLAMENTO MAIS PERTO DE VOCÊ.